



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Conselho Superior

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 4/2018/CONSUP/IFTO, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018

1 Ata da quarta reunião ordinária de dois mil e dezoito do Conselho Superior do
2 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO. No dia treze
3 de dezembro de dois mil e dezoito, às oito horas e trinta minutos, no Auditório I da
4 Reitoria do IFTO, na Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra duzentos e dois
5 Sul, conjunto um, lote oito, Palmas, Estado do Tocantins, reuniu-se, sob a
6 presidência do Magnífico Reitor, Antonio da Luz Júnior, o Conselho Superior do IFTO,
7 composto pelo reitor, como presidente; pela representação de um terço do número
8 de *campi* destinada aos servidores docentes, sendo o mínimo de dois e o máximo de
9 cinco representantes, e igual número de suplentes; pela representação de um terço
10 do número de *campi* destinada ao corpo discente, e igual número de suplentes;
11 representação de um terço do número de *campi* destinada aos servidores técnico-
12 administrativos, sendo o mínimo de dois e o máximo de cinco representantes e igual
13 número de suplentes; por dois representantes dos egressos e igual número de
14 suplentes; por seis representantes da sociedade civil e igual número de suplentes;
15 por dois representantes do setor público e/ou empresas estatais designados pela
16 Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica; um representante e um suplente
17 do Ministério da Educação, designados pela Secretaria de Educação Profissional e
18 Tecnológica; representação de um terço dos diretores-gerais dos *campi*, sendo o
19 mínimo de dois e o máximo de cinco e igual número de suplentes. Foi registrada a
20 presença dos representantes do Colégio de Dirigentes, Cristiano Fernandes Mateus,
21 primeiro titular; Marcelo Alves Terra, segundo titular; Nayara Dias Pajeú Nascimento,
22 terceira titular; Mírian Peixoto Soares da Silva, quarta titular; dos representantes dos
23 servidores docentes, Cláudio de Sousa Galvão, segundo titular; Márcia Cristina
24 Gonçalves Gomes, quarta titular; Rodrigo Araújo Fortes, segundo suplente; dos
25 representantes dos servidores técnico-administrativos, Rafael Pereira Soares da
26 Rocha, segundo titular; Wily Rosário da Silva, terceiro titular; William de Sousa Dias,
27 quarto titular; Leonardo Brasil Carvalho, primeiro suplente; dos representantes dos
28 discentes, Rafael de Jesus Costa, segundo titular; Milene Ana Silva Araújo Wermuth,
29 terceira titular; Ramon de Castro Silva, primeiro suplente; dos representantes dos
30 egressos, Estéfane Lara Lopes Rodrigues, primeira titular; Miquéias Alves da Rocha
31 César, segundo titular; da representante da Federação dos Trabalhadores Rurais
32 Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Tocantins – Fetaet, Ruth Caetano
33 Cardoso, titular; do representante da Secretaria do Desenvolvimento Econômico,
34 Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura – Seden, Lucas Nunes Rodrigues; da
35 representante da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do
36 Tocantins – Fecomércio, Dirce Betânia de Oliveira Faustino. Inicialmente, o
37 presidente agradeceu a presença de todos, conferiu o quórum e declarou aberta a
38 sessão. Esclareceu o motivo de não haver a transmissão ao vivo da reunião, em

39 razão das férias do único servidor com conhecimento técnico para fazê-la, e pediu
40 desculpas pela deficiência institucional, comprometendo-se a tentar contorná-la. Na
41 sequência, deu início ao **ponto um** da pauta, os informes gerais, inteirando todos da
42 busca recente do IFTO pelos avanços nas parcerias com instituições do Estado do
43 Tocantins, entre elas a Universidade Estadual do Tocantins – Unitins, e esclarecendo
44 sobre o acordo de cooperação técnica, amplo e genérico, firmado entre as
45 instituições (IFTO/Unitins), o qual permitirá que todas as unidades desenvolvam
46 atividades em áreas de conhecimento específico, possibilitando maior aproximação
47 entre as duas instituições. Informou que, na oportunidade, teve condições de
48 conversar um pouco mais com o professor Augusto, reitor da Unitins, a partir da
49 qual houve o início da criação do Fórum de Reitores do Estado do Tocantins, com
50 previsão da primeira reunião para o final do mês de janeiro de 2019; uma ação
51 articulada entre IFTO e Unitins com o intuito de fortalecer e aproximar cada vez mais
52 todas as instituições de ensino, pesquisa e extensão do Estado, tomando como base
53 o exemplo do *Campus* Gurupi. O presidente explicou que a exposição ao professor
54 Augusto, reitor da Unitins, objetivou a expansão total no Estado e a minimização das
55 divergências que possam haver entre as instituições. Por esse motivo, os convites da
56 primeira reunião do fórum seriam enviados pela Unitins, pois no Estado há duas
57 instituições federais, várias particulares e apenas uma estadual; dessa forma, o
58 entendimento foi que partisse da instituição estadual o convite, para evitar qualquer
59 tipo de ciúme entre as demais instituições coirmãs. Antonio ainda enfatizou que a
60 vantagem desse processo é reunir todos os reitores em um momento para discussão
61 das estratégias de cada instituição, dos pontos de vista de cada uma delas, suas
62 potencialidades, a visão do Estado, e como cada uma delas está pretendendo
63 aproveitar melhor as oportunidades. Para o presidente, uma vez iniciado esse tipo
64 de diálogo será possível alinhar mais acertadamente as estratégias e potencializar
65 melhor os resultados das ações desenvolvidas em todas as instituições. O presidente
66 mencionou os avanços nas discussões com a Secretaria Estadual de
67 Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária – Seagro em relação à doação de terreno
68 para o IFTO no parque da Feira de Tecnologia Agropecuária do Tocantins – Agrotins,
69 realizadas pela Reitoria e por servidores do curso de Engenharia Agrônômica do
70 *Campus* Palmas, criado recentemente, e também a oferta para o Instituto de pelo
71 menos três áreas: uma área de dez hectares para plantio experimental; outra área
72 um pouco menor, cujo espaço total ainda não fora definido, mas que estaria dentro
73 da área de exposição do parque, na qual haveria a possibilidade de edificar uma
74 sede fixa do IFTO para que, nas visitas às feiras, os estudantes e os servidores
75 tivessem um ponto de referência e para que a comunidade visse uma edificação
76 mais bem elaborada, assim, o Instituto teria condições de apresentar os
77 experimentos e realizar diferentes atividades ao longo de todo o ano e não somente
78 nos períodos da feira; e, por último, um viveiro, com uma área bastante grande,
79 irrigação montada e estrutura física pronta, que será reativado pelo IFTO visto que
80 estaria se deteriorando por estar abandonado. Essa área, de posse da Seagro, foi
81 solicitada pelo Instituto, pedido que foi prontamente atendido por aquele órgão. O
82 presidente inteirou todos que, para o próximo evento da Unitins em 2019, a
83 expectativa é que o IFTO se posicione bem mais forte dentro da Agrotins, tanto pela
84 doação do terreno quanto em virtude das aberturas dos cursos de Agronomia e do
85 fortalecimento dos cursos que a instituição já possui nessa área. Espera que
86 todos participem de modo firme e efetivo, demonstrando todo o potencial do IFTO
87 na área da agropecuária. Prosseguiu com os informes e abordou o fortalecimento da
88 parceria do Instituto com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa,

89 unidade de Pesca e Aquicultura em Palmas/TO. Informou que a primeira visita às
90 instalações da Embrapa já foi realizada, tanto à sede quanto ao polo da empresa que
91 fica no distrito de Buritirana, a 60 km do centro de Palmas, com fácil acesso, todo
92 em asfalto, sem dificuldades quanto à chegada ao local. A área do polo é de
93 aproximadamente 400 hectares e a Embrapa cedeu a área ao IFTO para ser utilizada
94 como área experimental, para desenvolvimento de pesquisas e atividades práticas
95 dos cursos de Agronomia. O presidente acentuou que em todas as discussões
96 realizadas foram levadas em consideração todas as unidades, afirmando que as
97 áreas cedidas não servirão apenas para o curso de Agronomia do *Campus* Palmas,
98 mas sim para todos os cursos de Agronomia, de Agropecuária e de outros que
99 queiram utilizar os espaços para atividades práticas. Frisou que o espaço cedido pela
100 Embrapa tem estrutura física de laboratório, sala de aula, miniauditório e casa
101 pronta, uma estrutura ampla, muito bem montada e que está inutilizada porque o
102 terreno não é ideal para o que eles gostariam de desenvolver. Desta forma, o IFTO
103 buscou esse espaço com o intuito de desenvolver muitas ações. Dando continuidade
104 aos informes, o presidente comunicou a doação de terreno em Formoso do Araguaia
105 pela prefeitura ao IFTO. Esclareceu que até então o *Campus* Formoso do Araguaia
106 era instalado em uma unidade cedida pelo município, e agora parte desse terreno
107 onde está instalado o *campus* foi doada para o IFTO, proporcionando à instituição os
108 avanços nos investimentos de capital, edificações e estrutura física do *campus*. O
109 presidente aproveitou o ensejo para ressaltar que o *Campus* Avançado Pedro Afonso
110 é o único que ainda não tem sede própria, mas que, em conversa com a professora
111 Míriam, diretora do *campus*, acordaram as intensificações das ações em 2019 para
112 solucionarem a questão. Acentuou que a situação do *Campus* Avançado Pedro
113 Afonso é diferente da do *Campus* Avançado Formoso do Araguaia, em que o terreno
114 desejado era do município, e que não houve tantas interferências com o processo
115 político ocorrido no ano, tendo sido iniciadas as negociações de imediato. Já o
116 terreno desejado em Pedro Afonso é do Governo do Estado, e as negociações foram
117 diretamente afetadas pelos trâmites dos processos eleitorais de 2018 (tampão/2º
118 processo eleitoral) e eventuais notícias de cassação de governo, o que provocou o
119 receio quanto ao início das negociações naquele momento, pois é sabido que neste
120 nível de discussão política há muitas intrigas que podem sabotar o projeto
121 negociado com o governo precedente. Por isso, espera-se a estabilização do
122 cenário para que os avanços nas negociações sejam feitos diretamente com quem
123 conduzirá as ações; acentuou que já tem um processo tramitando no ritmo padrão
124 da secretaria, mas o desejo é que seja dada prioridade a ele. Frisou que a
125 expectativa é que a doação seja do local onde hoje o *campus* está instalado, para
126 que a mudança seja apenas para o nome do IFTO, evitando mudança de local.
127 Informou as aprovações de cursos do IFTO com conceito 5 pelo Ministério da
128 Educação – MEC. Foram avaliados os cursos de Educação Física do *Campus* Palmas e
129 de Sistemas de Informação do *Campus* Paraíso do Tocantins. Ressaltou o orgulho dos
130 conceitos adquiridos e a abertura de uma perspectiva importante com essa
131 conquista. Explicou também que recentemente houve mudança no instrumento de
132 avaliação dos cursos. De acordo com o presidente do Conselho, havia uma crítica
133 muito forte por parte dos Institutos Federais que o mecanismo de avaliação utilizado
134 pelo MEC não atendia às particularidades dos Institutos, sendo mais focado nas
135 universidades, o que gerava dificuldade e prejuízos na avaliação. Após a alteração
136 desse instrumento, esses foram os primeiros cursos avaliados, obtendo nota 5,
137 abrindo perspectiva de que, com esse novo instrumento, as próximas avaliações de
138 cursos tenham total potencial de atingir nota 5, o que antes era um horizonte

139 distante de ser alcançado. O desejo é que em todas as unidades, todos os
140 estudantes, coordenadores e professores se dediquem ao processo de avaliação de
141 forma que seus cursos possam ser cada vez melhor avaliados, uma vez que o novo
142 instrumento contempla as características da Instituição. Posteriormente, comunicou
143 que a Empresa Júnior do curso de Agronegócio do *Campus* Palmas recebeu um selo
144 em nível estadual da Associação das Empresas Júniores, reconhecendo-a como
145 Empresa Júnior de alto desempenho, sendo ela a segunda a receber este selo no
146 Estado do Tocantins. Esse resultado é parte de um trabalho de orientação
147 desenvolvido pela Diretoria de Inovação e Empreendedorismo, que o IFTO está
148 tentando levar para todas as unidades, fortalecendo as empresas júniores já
149 existentes e estimulando a abertura de outras que tenham potencial. Anunciou que
150 para o início do próximo ano já está sendo planejada a abertura de edital de
151 fomento para abertura e fortalecimento de empresas júniores, pelo menos uma em
152 cada *campus*, as quais receberão suporte de custeio e capital para que possam se
153 estabelecer inicialmente. Esse recurso contribuirá, principalmente, para o
154 pagamento das taxas de regularização e aquisição de mobiliários básicos, e serão
155 disponibilizados pela Reitoria em parceria com as unidades. Após os informes gerais,
156 o representante do segmento discente Rafael de Jesus Costa convidou todos os
157 presentes para participarem da 2ª Semana de Biologia, que será realizada no
158 período de 22 a 24 de janeiro de 2019, no *Campus* Araguatins. Segundo Rafael,
159 o evento está sendo organizado pelo Centro Acadêmico, pelo Colegiado e por outros
160 professores que aceitaram contribuir com o evento. Em seguida, a representante da
161 FETAET informou que a Federação completou 30 anos de existência e ressaltou a
162 luta que os trabalhadores rurais já travaram nesse período e a disposição para
163 continuar lutando por seus direitos e por sua sobrevivência. Depois, o presidente do
164 Consup apresentou o senhor Emanuel Bronze, representante do Sindicato dos
165 Trabalhadores em Saúde no Estado do Tocantins – SINTRAS, cuja inclusão no
166 Conselho Superior estava entre os pontos de pauta da reunião. A princípio, o
167 representante não poderia participar das deliberações, mas continuaria na reunião
168 com direito a voz, estando livre para manifestar-se, expor suas opiniões e defender
169 sua categoria. Declarou ainda que essa é a postura que se espera de cada um dos
170 conselheiros para construir uma instituição cada vez mais forte. Comunicou que a
171 eleição do Diretório Central dos Estudantes do IFTO – DCE aconteceria no dia
172 seguinte, quatorze de dezembro, e que três chapas estavam concorrendo ao pleito.
173 Os candidatos a presidência são dos *campi* Araguatins, Palmas e Colinas, ressaltando
174 de forma positiva que todas as chapas têm representação em quase todos os *campi*,
175 o que permite aos estudantes ter um acesso mais próximo a um dos
176 representantes do DCE. A Reitoria tem dado suporte no processo eleitoral e na
177 organização dos debates por meio da logística e movimentação dos candidatos e da
178 comissão eleitoral, buscando o máximo de imparcialidade possível para que eles
179 tenham autonomia e liberdade para representar os estudantes. Antonio também
180 reforçou a necessidade de canalizar esforços para assegurar a autonomia financeira
181 do DCE, para que esses líderes estudantis tenham mais tranquilidade para se
182 posicionarem contra ou a favor de qualquer decisão, não estando presos a quem
183 libera um ônibus ou uma viagem. Após essa fala, o presidente do Conselho passou
184 ao **ponto dois** da pauta, que trata da aprovação das atas das reuniões extraordinária
185 e ordinária, que aconteceram no mesmo encontro. A primeira tratou
186 especificamente sobre a aprovação do Estatuto do Instituto Federal de Educação,
187 Ciência e Tecnologia do Tocantins, e a segunda tratou das demais pautas, entre elas,
188 da aprovação do Regimento Geral. O presidente comunicou que, em virtude de não

189 ter passado pelas revisões ortográficas, a Terceira Ata da Reunião Ordinária não foi
190 apreciada pelos conselheiros e não poderia ser aprovada na reunião, devendo ser
191 apresentada na próxima reunião ordinária. Concedida a palavra aos conselheiros
192 para considerações da Ata, o conselheiro Cláudio Galvão expôs sua dúvida quanto ao
193 posicionamento do Conselho em relação a alteração da cláusula que exige a
194 estabilidade do servidor para composição da Comissão Permanente de Pessoal
195 Docente – CPPD. Isto porque na última eleição da CPPD do *Campus Araguatins*, o
196 Regimento juntado ao processo ainda exigia a estabilidade do servidor. O presidente
197 esclareceu que, pelo novo Regimento, os membros da CPPD não precisam
198 necessariamente ser servidores estáveis. Deliberando sobre o ponto dois, a ata foi
199 aprovada pela maioria dos presentes. Passando ao **ponto três**, que se refere
200 à alteração da Resolução nº 72/2017/CONSUP/IFTO, que nomeia os membros
201 titulares e suplentes do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência
202 e Tecnologia do Tocantins, em virtude de substituição dos conselheiros dispensados,
203 conforme autos dos processos registrados no Sistema Eletrônico de Informações sob
204 o nº 23235.022844/2018-91 e nº 23235.013718/2018-45, o Conselho aprovou por
205 unanimidade a substituição dos servidores Márcia Amado e Társio Guerreiro,
206 afastados para capacitação, pelos candidatos que estavam na lista de classificação
207 do processo eleitoral. O **quarto ponto** de pauta: Deliberação acerca da alteração da
208 Resolução nº 72/2017/CONSUP/IFTO, que nomeia os membros titulares e suplentes
209 do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
210 Tocantins, conforme nova indicação do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde no
211 Estado do Tocantins – SINTRAS, documento nº 0512026 do processo registrado no
212 Sistema Eletrônico de Informações sob o nº 23235.030034/2018-16, que
213 indica como titular o senhor Emmanuel da Silva Bronze e como suplente o senhor
214 Neirton José de Almeida, também foi aprovado pelo Conselho por unanimidade. O
215 **ponto cinco**, que trata da deliberação acerca da aprovação do Calendário Acadêmico
216 do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional – ProfEPT, para o
217 semestre letivo de 2019/1, da unidade associada *Campus Palmas*, do Instituto
218 Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, conforme autos do processo
219 registrado no Sistema Eletrônico de Informações sob o nº 23236.015845/2018-79,
220 que tem parecer favorável da Diretoria de Pesquisa, também foi aprovado por
221 unanimidade. O **ponto seis**, que se refere à deliberação acerca da criação do curso
222 de pós-graduação *lato sensu* em Desenvolvimento de Sistemas Computacionais do
223 *Campus Araguatins*, do Instituto Federal do Tocantins, conforme autos do processo
224 registrado no Sistema Eletrônico de Informações sob o nº 23233.034105/2017-81, o
225 qual tramitou pelas instâncias responsáveis e tem parecer favorável da Diretoria de
226 Pesquisa, foi apreciado pelos conselheiros e aprovado por unanimidade. O **ponto**
227 **sete**, que trata da deliberação acerca de autorização de funcionamento do curso de
228 graduação em Engenharia Agrônoma, na modalidade presencial, a partir de
229 2019/1, no *Campus Colinas do Tocantins*, do Instituto Federal de Educação, Ciência e
230 Tecnologia do Tocantins, conforme autos do processo registrado no Sistema
231 Eletrônico de Informações sob o nº 23725.025617/2017-14, também seguiu os
232 trâmites constantes da Instrução Normativa da Instituição e foi aprovado por
233 unanimidade. No **ponto oito**, que se refere à deliberação acerca de aprovação do
234 Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT, exercício 2019, do Instituto Federal de
235 Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, conforme autos do processo registrado
236 no Sistema Eletrônico de Informações sob o nº 23235.027396/2018-11, foi
237 apresentado o planejamento anual da Unidade de Auditoria Interna da Reitoria,
238 elaborado em conjunto com os gestores após consulta sobre eventuais indicações de

239 áreas que desejariam ser auditadas e que contemplassem as principais ações a
240 serem elaboradas no ano de 2019. Não havendo considerações, o documento foi
241 aprovado por unanimidade pelos conselheiros. Sobre o **ponto nove**: deliberação
242 acerca de aprovação da alteração no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI,
243 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, e revogação da
244 Resolução nº 70/2018/CONSUP/IFTO, de 25 de setembro de 2018, documento SEI nº
245 0490757, conforme autos do processo registrado no Sistema Eletrônico de
246 Informações sob o nº 23235.023249/2017-91, foi esclarecido pelo conselheiro
247 William Dias que as alterações aprovadas anteriormente no PDI visaram atender
248 principalmente à demanda do TCU que exigiu a indicação de metas para os
249 indicadores que não constavam no documento, a inclusão dos indicadores do TCU
250 junto aos indicadores institucionais e as metas para os indicadores institucionais.
251 Outra alteração aprovada foi a alteração do cronograma do Eixo 3, todavia, nem
252 todas as unidades haviam encaminhado a alteração do cronograma, ficando os
253 *campi* Gurupi e Lagoa da Confusão sem alteração. Após a aprovação do documento,
254 essas unidades solicitaram a inclusão de suas alterações, o que só é possível fazer
255 em novo documento. Todavia, para que não constem duas resoluções de alteração
256 do mesmo conteúdo no site da Instituição em datas muito próximas, propõem-se a
257 revogação da Resolução 70/2018/CONSUP/IFTO, de 25 de setembro de 2018,
258 substituindo-a por nova resolução e um novo PDI, tornando o processo mais
259 transparente para a comunidade. Indagado pelo conselheiro Cláudio Galvão, o
260 presidente esclareceu que essa alteração não gera nenhum prejuízo para a
261 aprovação do curso de pós-graduação em Ciências da Computação do *Campus*
262 Araguatins, uma vez que ele está incluído nesta nova aprovação. O Conselheiro Wily
263 Rosário ressaltou a importância do PDI como instrumento de planejamento
264 estratégico para a Instituição e propôs que os gestores procurem executar o que está
265 disposto no documento, para evitar constantes alterações. No uso da palavra, a
266 conselheira Milene Wermuth solicitou que o PDI fosse discutido e apresentado aos
267 discentes do Instituto e que estivesse disposto no site de forma mais visível e
268 facilitada. Essas considerações foram apoiadas pelo presidente, todavia
269 ele esclareceu que a revisão constante do PDI se dá quase que exclusivamente no
270 Eixo três, pois a comunidade que discutiu e elaborou o PDI vigente não estava
271 madura o suficiente para planejar os próximos cinco anos da Instituição e que, à
272 medida que se enxerga nova potencialidade, faz-se necessário alterar o PDI para
273 inclusão de novos cursos. O conselheiro Rodrigo Fortes solicitou que fossem
274 realizadas algumas correções no Quadro 21, que se refere às alterações do
275 cronograma de cursos do *campus* Gurupi, para que os ajustes fossem incluídos no
276 documento aprovado, sendo elas: a correção da carga horária e duração do curso de
277 especialização em Artes e Educação, de 360 horas para 433,3 horas, e de dois
278 semestres para três semestres, respectivamente; a correção da carga horária e do
279 quantitativo de vagas do curso de especialização em Agropecuária Tropical, de 360
280 horas para 416,67 horas, e de 40 para 30 vagas, respectivamente; a correção da
281 carga horária, duração e turno de funcionamento do curso superior de Tecnologia
282 em Produção de Grãos, de 360 horas para 2.580 horas, de dois para seis semestres,
283 e de integral para noturno, respectivamente; e ainda a correção da carga horária e
284 duração do curso superior de Tecnologia em Gestão Pública, de 2.400 horas para
285 1.753,9 horas, e de seis para cinco semestres de duração, respectivamente.
286 Passando para a deliberação, os conselheiros optaram por acolher as correções do
287 conselheiro Rodrigo Fortes e aprovou o PDI por unanimidade. Passando ao **ponto**
288 **dez**: deliberação acerca da convalidação da Resolução *ad referendum* nº

289 20/2018/CONSUP/IFTO, de 30 de novembro de 2018, que aprova o Plano de
290 Integridade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins,
291 conforme autos do processo registrado no Sistema Eletrônico de Informações sob o
292 nº 23235.012844/2018-82, o conselheiro William Dias apresentou o documento
293 ressaltando que se trata de um documento novo exigido pela Controladoria-Geral da
294 União – CGU para todos os órgãos federais, que deveria ser aprovado até o dia 30 de
295 novembro, razão pela qual se deu a aprovação *ad referendum*. O Plano prevê as
296 estruturas organizacionais e as ações realizadas para garantir a integridade dos atos
297 da Instituição, citando a Corregedoria, a Auditoria Interna, a Diretoria de Gestão de
298 Pessoas e a Comissão de Ética como estruturas que tratam das questões de
299 integridade institucional. A conselheira Milene demonstrou insegurança em aprovar
300 um documento que não foi debatido pelo Conselho. Leonardo Brasil questionou as
301 implicações que podem ocorrer quando o organograma não coincide com a
302 realidade, como é o caso do *Campus* Palmas, e sugeriu a atualização das
303 informações antes da convalidação da resolução. O presidente acatou a sugestão e
304 propôs ao Conselho que antes de aprovar o referido Plano seja estabelecido um
305 prazo para que todas as unidades concluam os seus regimentos internos e os
306 submetam a este Conselho para aprovação. Arguido pelo conselheiro Marcelo
307 Terra quanto à necessidade de um documento base que oriente os *campi* na
308 construção do Regimento Interno, Antonio orientou que, apesar das
309 particularidades de cada unidade, ele entende que deve ser seguido o Regimento
310 Geral do Instituto, pois a instituição de um padrão de regimento fere a autonomia
311 do *campus*; além disso, nem todas as unidades têm a mesma quantidade de funções
312 gratificadas e de cargos de direção. Ressaltou ainda que as adequações quanto aos
313 nomes dos setores podem ser realizadas no Colégio de Dirigentes – CODIR, em
314 que cada diretor-geral pode trazer seu Regimento para ser debatido. Considerou um
315 problema grave a ausência do Regimento Interno, pois ele é a base para atender a
316 várias demandas dos órgãos de controle que exigem constantemente documentos
317 de acompanhamento como: gestão de riscos, plano de integridade e mapeamento
318 de processos. Ressaltou a padronização das atividades, ou seja, do processo de
319 execução das atividades, e não do organograma. Apoiado pela Conselheira Ruth
320 Caetano, que considerou insuficiente o prazo de três meses, o conselheiro Wily
321 propôs o prazo de seis meses para apresentação do Regimento Interno pelos *campi*.
322 O conselheiro Leonardo sugeriu a composição de uma comissão na Reitoria para
323 assessorar as comissões dos *campi*. A servidora Quenízia ressaltou que a solicitação
324 do Regimento Interno foi reiterada várias vezes e que alguns regimentos já passaram
325 pela procuradoria, como é o caso dos regimentos do *Campus* Palmas e do
326 *Campus* Avançado Pedro Afonso, sendo necessário então que as comissões de
327 revisão orientem seus trabalhos a partir desses processos. Após essas
328 considerações, propôs-se a suspensão do ponto dez, mantendo-se a Resolução *ad*
329 *referendum* e, em ato contínuo, a notificação dos diretores-gerais para que, no prazo
330 de 90 dias a contar do dia 1º de fevereiro de 2019, encaminhem o Regimento
331 Interno de suas unidades, os quais, após a análise da Procuradoria, devem ser
332 submetidos ao Consup em agenda única para discussão. Nesta proposição também
333 será nomeada uma comissão da Reitoria que fará o acompanhamento e o
334 assessoramento às unidades. Após votação, a proposta foi aprovada por
335 unanimidade. Foram elencados os nomes dos servidores William Dias, Leonardo
336 Brasil e Quenízia Lopes para compor a referida Comissão de Assessoramento. Na
337 apreciação do **ponto onze**, que trata da deliberação acerca da aprovação das
338 alterações do Projeto Pedagógico do curso de bacharelado em Engenharia

339 Agrônômica, na modalidade presencial, do *Campus* Araguatins, do Instituto Federal
340 de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, conforme autos do processo
341 registrado no Sistema Eletrônico de Informações sob o nº 23233.030453/2017-89, o
342 conselheiro Miquéias César discutiu a diferença das grades curriculares dos cursos
343 de Agronomia ofertados nos *campi* Dianópolis, Palmas, Araguatins e Colinas, o que
344 impossibilita a transferência do aluno entre essas unidades, pois o aproveitamento
345 seria mínimo, propondo então a padronização dessas grades. O conselheiro Rodrigo
346 Fortes concordou que as preocupações de mobilidade em caso de mudança de
347 domicílio são relevantes, todavia, observou que a construção do PPC deve atender
348 às especificidades locais no que se refere ao perfil do aluno ingressante,
349 potencialidades da região e, principalmente, os recursos disponíveis no *campus*,
350 para minimizar o índice de evasão e melhorar o desempenho dos estudantes. O
351 conselheiro Lucas Rodrigues também defendeu a possibilidade de padronizar as
352 grades curriculares dos cursos em razão de ser uma única instituição e que, apesar
353 das particularidades de cada unidade, o papel do Instituto é de desenvolver ações
354 para garantir o acompanhamento e a permanência do estudante. O conselheiro
355 William Dias esclareceu que o relatório de gestão exigido pelo TCU também foi
356 alterado para analisar o produto resultante dos investimentos da União, de forma
357 que é vantajoso para a Instituição permitir a mobilidade do estudante entre as
358 unidades, por meio de uma base padronizada, ainda que os cursos tenham uma
359 carga horária diferente em razão de sua especificidade. Os conselheiros
360 Mírian Peixoto e Leonardo Brasil esclareceram que durante as atividades de
361 construção dos PPCs dos *campi* Pedro Afonso e Palmas tiveram a mesma dificuldade
362 e a mesma preocupação em manter uma base curricular, não com o mesmo nome,
363 mas preservando o mesmo conteúdo. A conselheira Nayara Pajeú considerou as
364 discussões válidas, todavia, esclareceu que as alterações propostas no PPC de
365 Engenharia Agrônômica se referem apenas à nomenclatura e não à mudança na
366 carga horária. A partir daí, o presidente do Conselho fez uma retrospectiva de sua
367 preocupação quanto ao mercado de trabalho, na perspectiva de sair de dois para
368 sete cursos na Instituição. Foram então realizadas conversas com a Seagro para
369 entender as perspectivas do Governo do Estado em relação à área da engenharia
370 agrônômica, para se ter segurança na abertura do curso. O entendimento do
371 presidente é que dentro de uma única Instituição pode-se ter formações distintas,
372 com currículos totalmente diferentes para o mesmo curso, desde que haja uma
373 justificativa admissível. Nesse sentido, tem questionado o motivo pelo qual o IFTO
374 tem um curso de Engenharia Agrônômica com quase cinco mil horas de carga
375 horária, quando o mínimo exigido pelo Ministério da Educação para a formação com
376 qualidade desse profissional é de 3.600 horas. Ainda pontuou que a remuneração do
377 governo é baseada na carga horária mínima, ou seja, a diferença entre o mínimo
378 exigido e o que é ofertado não é custeado pelo governo. Isso resulta na utilização de
379 recursos destinados a outro estudante, pois o governo não envia um adicional para
380 atender a carga horária que está além do mínimo. Relembrou que todas essas
381 discussões foram feitas com os gestores que intencionavam implantar o curso de
382 Engenharia Agrônômica, os quais concordaram em ajustar uma grade curricular
383 básica para os cursos sem ferir a autonomia de cada *campus* e as especificidades
384 locais. Essa decisão foi acompanhada também pela gestão do *Campus* Dianópolis,
385 que concordou em ajustar a carga horária do seu curso para estar próxima do
386 mínimo exigido pela legislação, tirando a sobrecarga dos professores e dos
387 estudantes, que podem concluir num tempo menor. Após esses esclarecimentos,
388 seguiu-se a deliberação, que foi aprovada por unanimidade. Na deliberação do

389 **ponto doze**, que trata da deliberação acerca de aprovação das alterações do Projeto
390 Pedagógico do curso de licenciatura em Computação, na modalidade presencial,
391 ofertado no *Campus* Araguatins, do Instituto Federal de Educação, Ciência e
392 Tecnologia do Tocantins, conforme autos do processo registrado no Sistema
393 Eletrônico de Informações sob o nº 23233.007465/2018-91, não houve
394 questionamentos ou novos esclarecimentos e a pauta foi aprovada por
395 unanimidade. Passando ao **ponto treze**: deliberação acerca da alteração do
396 Regulamento da Revista Sítio Novo, do Instituto Federal do Tocantins, conforme
397 Justificativa (SEI nº 0395734), Regulamento vigente em versão PDF (SEI nº 0395792)
398 e em versão editável (SEI nº 0395808), conforme autos do processo registrado no
399 Sistema Eletrônico de Informações sob o nº 23235.017608/2018-52, foi esclarecido
400 pela servidora Quenízia Lopes sobre a preocupação quanto à institucionalização da
401 Revista Sítio Novo na ocasião em que seu regulamento estava sendo reestruturado.
402 Nesse sentido, foi proposta a saída da Revista da estrutura da Pró-Reitoria de
403 Pesquisa e Inovação para que ela esteja vinculada diretamente ao reitor. As demais
404 propostas tratam da instituição do Comitê Editorial Científico, que será composto
405 pelos avaliadores, e a inclusão da figura do Editor-Assistente, que será responsável
406 pela área administrativa da revista, com suas respectivas atribuições. A servidora
407 ainda solicitou a alteração do artigo 24 do referido regulamento, que trata da
408 composição da equipe técnica, que deverá ter a seguinte redação: “A Equipe Técnica
409 é responsável por dar apoio ao Conselho Editorial, desenvolvendo atividades
410 técnico-administrativas, com vistas à organização, edição, publicação e divulgação da
411 revista, sendo composta por servidores das diversas áreas”. Esclareceu ainda que o
412 quantitativo de servidores necessários para a composição do Conselho Editorial da
413 revista foi suprimido para que se tornasse possível a inclusão de diversos
414 profissionais para atender às várias demandas da revista. Antonio também informou
415 que, a partir daquela data, além dos trabalhos de pesquisa, também serão
416 publicadas na Revista Sítio Novo as atividades de ensino e extensão. Ressaltou que, à
417 medida que este veículo alcance um maior volume de ações nas diferentes áreas,
418 serão retomadas novas publicações, aumentando a divulgação das ações da
419 Instituição. Anunciou ainda que a servidora Quenízia Vieira Lopes assumirá o cargo
420 de Editor-Assistente da Revista, que contará também com um espaço mais amplo
421 para o desenvolvimento das atividades. Este ponto também foi aprovado por
422 unanimidade pelo Conselho. O **ponto quatorze**: deliberação acerca da aprovação do
423 Calendário Escolar/Acadêmico, ano letivo 2018, do ensino de graduação do *Campus*
424 Paraíso do Tocantins, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
425 Tocantins, conforme autos do processo registrado no Sistema Eletrônico de
426 Informações sob o nº 23234.029779/2018-34, também foi aprovado por
427 unanimidade pelo Conselho. O **ponto quinze**, que trata da deliberação acerca
428 da aprovação das alterações do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em
429 Agronegócio, na forma subsequente, do *campus* Gurupi, do Instituto Federal de
430 Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, conforme autos do processo registrado
431 no Sistema Eletrônico de Informações sob o nº 23338.030647/2017-14, foi aprovado
432 pela maioria dos votos. O **ponto dezesseis**, que trata da deliberação acerca de
433 aprovação das alterações do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em
434 Edificações, integrado ao ensino médio, na modalidade presencial, do *Campus*
435 Gurupi, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins,
436 conforme autos do processo registrado no Sistema Eletrônico de Informações sob o
437 nº 23338.030809/2018-97, foi aprovado pela maioria dos presentes. O **ponto**
438 **dezessete**: deliberação acerca de aprovação das alterações do Projeto Pedagógico

439 do Curso Técnico em Administração, integrado ao ensino médio, na modalidade
440 presencial, do *Campus* Gurupi, do Instituto Federal de Educação, Ciência e
441 Tecnologia do Tocantins, conforme autos do processo registrado no Sistema
442 Eletrônico de Informações sob o nº 23338.030808/2018-42, foi aprovado por
443 unanimidade. Passando ao **ponto dezoito**: apreciação e deliberação acerca do
444 pedido de reconsideração de Layane Bastos dos Santos, conforme autos do processo
445 registrado no Sistema Eletrônico de Informações sob o nº 23235.029632/2017-53, o
446 conselheiro Leonardo Brasil fez esclarecimentos quanto à competência do Conselho
447 Superior, enquanto nível hierárquico, para julgar recursos procedentes da demissão
448 de servidor em decorrência de Processo Administrativo Disciplinar. Ressaltou que a
449 Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, determina que a autoridade competente
450 para decidir esses casos é o Presidente da República e que este, por sua vez, delegou
451 aos Ministros o julgamento dessa matéria. Por fim, no uso de suas atribuições, os
452 Ministros subdelegaram aos dirigentes das Instituições Federais, no nosso caso ao
453 reitor, o que veda uma nova subdelegação. Dessa forma, o conselheiro reafirmou
454 que o Conselho Superior não é órgão e não é nível hierárquico para julgar esse tipo
455 de matéria. O conselheiro Wily Rosário tem um entendimento contrário, e
456 afirmou que a lei de criação dos Institutos dá ao Conselho Superior, como órgão
457 máximo, essa competência. Apesar de concordar com o posicionamento do servidor
458 Leonardo Brasil, o presidente do Conselho reafirmou a necessidade de apreciação da
459 pauta, por acreditar que a ausência do julgamento do Conselho possa prejudicar a
460 continuidade do processo na esfera judicial, de forma a eliminar a argumentação de
461 que a Instituição tenha cerceado o direito de defesa solicitado pela servidora. Nesse
462 momento, o conselheiro Leonardo Brasil propôs que fosse requerido à Procuradoria
463 Federal junto ao Instituto, ou ainda ao órgão central do Sistema de Pessoal Civil da
464 Administração Federal – SIPEC, por meio da Diretoria de Gestão de Pessoas, um
465 esclarecimento quanto à vinculação hierárquica entre o Consup e o reitor e a
466 delimitação dos atos que devem ser analisados por este Conselho, seguido da devida
467 fundamentação legal. A conselheira Estéfane Lara também defendeu a necessidade
468 de que o Consup se manifeste quanto à solicitação de reconsideração da servidora.
469 A conselheira Milene Wermuth propôs que o Consup se detenha à parte
470 administrativa, de forma a validar a decisão das demais instâncias. Após o
471 encerramento das manifestações dos conselheiros, o Conselho votou pela
472 inadmissibilidade do processo por entender que não tem competência para tal. Por
473 esta razão, o presidente decidiu pelo encaminhamento do processo ao Gabinete do
474 Reitor, que o encaminhará à Procuradoria solicitando orientação jurídica acerca dos
475 demais procedimentos. O presidente também acatou a recomendação de solicitar à
476 Procuradoria um rol de ações ou atitudes emanadas do reitor que possam ser
477 direcionadas ao Consup como instância recursal. Encerrados os pontos de pauta,
478 Antonio informou da existência de três situações que exigiriam mais uma reunião
479 para o ano de 2018, ou a autorização para decisão *ad referendum*, a ser convalidada
480 ou não na próxima reunião ordinária, agendada para fevereiro de 2019. A primeira
481 situação era a apreciação do Regulamento do Trabalho Remoto, que deveria ser
482 aprovado até o dia 31 de dezembro de 2018, e que estava sendo adequado segundo
483 a Instrução Normativa. As demais situações tratavam da aprovação dos projetos
484 pedagógicos dos cursos superiores de Tecnologia em Produção de Grãos, do *Campus*
485 Gurupi, e de Engenharia Agrônômica dos *campi* avançados Pedro Afonso e Lagoa da
486 Confusão, que não foram concluídos a tempo para serem apreciados nesta reunião,
487 para os quais só pode ser aberto processo seletivo após aprovação do Conselho.
488 Informou ainda que os processos já haviam passado pela Pró-Reitoria de Ensino e já

489 já haviam sido devolvidos à comunidade para correções, devendo voltar a essa pró-
490 reitoria até o dia 17 de dezembro de 2018, quando seria feita nova análise. Nesta
491 proposição, os processos poderiam ser apreciados no dia 27 de dezembro pelo
492 Consup. A maioria dos Conselheiros deliberou pela autorização para decisão *ad*
493 *referendum*. Não havendo mais nada a tratar, o presidente agradeceu a presença de
494 todos e encerrou a reunião, e eu, Rosseane Elysa Ferreira Barbosa, secretária do
495 Conselho Superior, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada, vai assinada
496 por mim, pelo presidente e pelos membros deste Conselho presentes.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio da Luz Júnior, Presidente**, em 09/05/2019, às 20:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Milene Ana Silva Araujo Wermuth, Conselheira**, em 22/07/2019, às 17:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Alves Terra, Conselheiro**, em 14/08/2019, às 16:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Claudio de Sousa Galvao, Conselheiro**, em 19/08/2019, às 18:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Pereira Soares da Rocha, Conselheiro**, em 12/09/2019, às 13:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.iftto.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0597735** e o código CRC **AED2712A**.

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8 - Plano Diretor
Sul — CEP 77020-450 Palmas/TO — (63) 3229-2200
portal.iftto.edu.br — reitoria@iftto.edu.br